

ANATOMIA DO GRUPO-TURMA

José Gregório Viegas Brás

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Ed. Física, Desporto e Tempos Livres

Introdução

Na escola, o aluno irá inevitavelmente pertencer a um grupo-turma onde concretizará o seu papel de bom ou mau estudante. A realidade do ensino que é baseada na opção de um professor para um grupo-turma, em vez de um professor para um aluno, apesar de ser mais viável do ponto de vista económico, a sua vantagem e justificação social está, contudo, no poder educativo que encerra.

Em certo sentido, o grupo-turma representa também uma matéria de ensino já que cada um precisa do outro para aprender e se desenvolver. Ninguém se desenvolve sem entrar em interacção com o outro, como se fosse possível construir a pessoa no vácuo, fora da afectação que os outros provocam. Neste sentido, Cortis (1980, p.18) diz-nos que “o carácter único da turma deriva do facto de ela ser organizada para conseguir modificações nos seus próprios membros...”. Daí que se torne necessário reconhecer o papel formativo que tem a organização dos alunos nos grupos-turma. Este contacto pode resultar numa influência decisiva no seu comportamento na escola e, em grande parte, na vida. Tenhamos presente que, tal como nos advertiu Lobrot (1966, p.1), o verdadeiro problema do ensino situa-se ao nível das relações humanas, e por isso, é um problema social.

Se bem que o grupo seja um aspecto a considerar no desenvolvimento dos alunos, porém, nem todos exercem o mesmo tipo de influência. A turma representa uma condição de ensino para os professores que com ela irão trabalhar e uma condição de aprendizagem para os alunos membros da turma e, sendo assim, os resultados a alcançar não são independentes das características da turma. A turma prepara as condições de sucesso ou insucesso, apoia e reforça a actividade do professor ou entrava e aniquila a sua intervenção, pondo em causa inclusivamente o que se quer ensinar e o que se quer que os alunos aprendam. Mas o que é aquilo a que vulgarmente chamamos turma? Quais as componentes que integra? Que configurações pode assumir?

O propósito do presente artigo é o de analisarmos a problemática em que se move o grupo-turma, de modo a que melhor possamos compreender e intervir no “útero” do desenvolvimento dos alunos. Começamos por identificar os critérios para depois procedermos à definição e consequente tipologia do grupo-turma.

O grupo-turma em autópsia

TAMANHO – O acto de ensinar e de aprender não é indiferente ao número de alunos que uma turma possa comportar. Esta afecta, indiscutivelmente, a possibilidade de o professor ensinar, de o aluno aprender e as interações destes entre si.

ANALOGIA – O grupo-turma pode ser analisado na perspectiva em que se apresenta a variedade dos alunos. Assim, estabelece-se uma

relação que pode ser vista sob dois aspectos – pelo que tem de distinto (héteros) e pelo que tem de semelhante (homeos). Assim, ao termos um conjunto de alunos, estabelece-se sempre uma relação de semelhança/dissemelhança entre eles. Porque cada aluno é um composto de várias qualidades, a turma reflectirá composições que estão em função directa com os elementos que dela fazem parte. Diremos, assim, que cada grupo tem uma “densidade” e os responsáveis pela educação procuram com ela, e a partir dela, alcançar os resultados educativos.

NORMAS – Para que os elementos do grupo-turma tenham um comportamento compatível com os valores educativos, é necessário que estes sejam regulados por normas. Normas, em sentido genérico (Cortis, 1980, p. 38), são o padrão a partir do qual os comportamentos são aferidos e considerados correctos ou incorrectos. Pretendem imprimir uma certa regularidade, tornando a vida em grupo mais ordenada e evitando com isso que o caos se estabeleça. Dão, por isso, origem a expectativas de comportamento e traduzem um princípio ideal.

SENTIMENTO – A componente emocional acompanha o indivíduo em todo o seu quotidiano. É facilmente verificável, e todos nós o experimentamos, que no encontro com os outros temos comportamentos evitativos ou de procura (associação). Gostamos e desgostamos, estamos contentes ou tristes com diferentes intensidades.

Fazer-se parte da turma “A” ou “B”, com características diametralmente opostas (por ex., turma dos repetentes ou dos alunos do “quadro de honra”), é um dado a que cada um dos elementos não fica indiferente. A atracção ou repulsão afectiva existente entre os alunos irá ter influência na imitação, formação de grupos, percepção, exercício do poder, etc.

A presença dos outros gera como que um campo magnético entre eles e define aquilo que Kurt Lewin chama de ambiente psicológico que, por sua vez, influi no comportamento das pessoas. Embora as aspirações e as representações colectivas tenham influência nas aprendizagens, estas são também afectadas pela experiência emocional (Brás, 1987). A emoção é induzida por um confronto com uma dada situação e depende dos factores culturais. Quer dizer que a situação em si pode não ser geradora de emoção, mas sim a avaliação que cada pessoa faz da situação.

A palavra emoção deriva da língua latina “*emovere*” e etimologicamente significa “mover a partir de”. Este movimento, que é o conteúdo da vivência subjectiva, traz a cada um a percepção de estar no mundo e varia conforme a subcultura (ou cultura) de cada indivíduo (ou de cada povo).

A vida está ligada a uma tonalidade afectiva (agradável-desagradável) das sensibilidades interoceptiva, proprioceptiva e também pela exteroceptiva, que é estimulada pela relação com o mundo exterior. O sentimento (efeito de sentir ou estado afectivo, marcado por uma representação mental derivada de um antecedente) está presente no encontro com os outros e é um signo da vida psíquica que tem um papel importante na adaptação-transformação do homem.

Em todo o grupo, e em qualquer momento, existe, consciente ou inconscientemente, um sentimento colectivo com subtilezas individuais que governa a vida do grupo (Pagés, 1982, p. 265). Tal como fez Wallon, é preciso não separar o aspecto cognitivo do aspecto afectivo. Cabe, no entanto, mais uma vez referir que o grupo-turma é feito para interferir na mudança dos sentimentos dos alunos, diferindo por isso do grupo em que à partida impera a amizade.

OBRIGATORIEDADE – O grupo pode ser encarado na tripla perspectiva:

- 1 – grau de liberdade admitido na adesão dos alunos ao grupo-turma (*entrada*);
- 2 – a possibilidade de os alunos mudarem de uma turma para a outra (*circulação*);
- 3 – tolerância em relação ao afastamento temporário do aluno (*ausência* ou *abandono*).

A obrigatoriedade neste contexto significa, para nós, a facilidade ou a dificuldade dos alunos formarem ou mudarem a estrutura do grupo. Refere-se, por isso, à estabilidade-instabilidade do grupo.

STATUS – Os grupos não “flutuam” todos na mesma linha. A partir das diferenças entre os grupos estabelecem-se posições divergentes. Status é a localização que o grupo ocupa na hierarquia dos valores sociais e tal é devido à sua participação, prestígio e poder que tem na vida escolar. Poder, aqui, refere-se à força que um grupo tem para impor as suas opiniões na comunidade escolar. Não se pode, no entanto, pensar que uns grupos têm *status* e outros não. Qualquer grupo ocupa, inevitavelmente, um lugar.

Usualmente, distingue-se o status atribuído (dado) e o adquirido (conquistado). Ser rapaz ou rapariga, branco ou preto, não é somente uma condição biológica, mas sobretudo uma condição social que depende do que está convencionado na cultura. As características dos alunos que formam a turma conduzirão, à partida, a *status* atribuídos diferentes. Por isso, o status compõe-se de um conjunto de direitos e deveres que são “estranhos” aos alunos.

PROCESSOS SOCIAIS – Em qualquer grupo existem acções recíprocas, tenham ou não os seus elementos plena consciência que estão interagindo entre si. É a partir do contacto social que as interações se tornam possíveis, mediadas pela comunicação (verbal e não verbal). Interação é, pois, a influência recíproca entre dois ou mais elementos com duração e regularidade.

A definição que Postic (1984, p. 12) dá da relação educativa cabe também aqui. Para o autor ela é o conjunto de relações sociais (com características cognitivas e afectivas) que se estabelecem entre o educador e os educandos, por intermédio do trabalho escolar, definido por programas que contêm objectivos explícitos, respeitando as normas fixadas, segundo o ritual de utilização do tempo, numa dada estrutura institucional.

Se os programas, horários, locais, materiais contribuem para a socialização de acordo com os fins explícitos ou implícitos que a instituição, na sua concepção e organização, traduz, as interações não são independentes do contexto e é por seu intermédio que se faz a ligação (Piaton, 1979, p. 111).

A relação educativa é um caso particular das relações humanas. Preferimos chamar-lhes processo porque explicita melhor a ideia que queremos dar do fenómeno educativo – o desenvolvimento deste faz-se através de etapas encadeadas e põe mais em foco o sentido diacrónico.

LIDERANÇA – O processo ensino-aprendizagem necessita de ser organizado e orientado nas diversas dimensões do desenvolvimento do aluno. Para que os alunos e o grupo-turma possam alcançar os objectivos educativos, é estipulado o cargo de professor que terá, como papel, liderar todo o processo.

Líder para Jesuíno (1987, pp. 7-9) é uma forma aportuguesada da palavra “leader”, querendo dizer em português “guia virtual”. Liderança é o neologismo correspondente a líder e refere-se à qualidade ou função de líder. A liderança aparece em português com o sentido de “arte de comando” e arrasta-se até aos nossos dias, muito embora diga o autor que a psicologia, a sociologia e a psicologia social têm contribuído para o derrube desta áurea misteriosa.

Seguimos ainda o autor para encontrar o significado da palavra “liderança”. Para ele, a definição deste conceito passa pela relação do poder com a autoridade. A ideia que apresenta de Weber serve para clarificarmos o assunto. Introduzindo o conceito de legitimidade, resolve-se esta dificuldade. Assim, “autoridade” será o poder legítimo, tem de ser reconhecido, aceite e consentido pelos que obedecem. “Poder” é a garantia que uma pessoa tem de, na cadeia das relações sociais, fazer cumprir as suas ordens mesmo que encontre resistências. O vocábulo “liderança” está mais relacionado com o exercício da autoridade, embora também exista alguma relação com o poder.

Pondo as coisas noutros termos, diremos que o conceito de liderança ultrapassa a contradição dominar-subordinar para ter um sentido de partilha e de consentimento, o que é fundamental para exercer influência na vida dos estudantes, em todas as facetas que esta comporta. Só assim é possível acabar com a dispersão a favor da coesão, construir um todo a partir das partes.

OBJECTIVOS – A educação não pode ser deixada ao acaso, ao livre arbítrio de cada um. Existem razões de ordem filosófica (tipo de homem, cultura e sociedade) que justificam a sua orientação. Whitte (1978, p. 94) refere que à medida que a complexização da cultura aumenta, desenvolvem-se mecanismos de integração, regulamentação e controlo. Isto é fundamental para manter coesa uma estrutura onde existem diferenciação e especialização. Tal como cabe ao sistema nervoso fazer a integração no domínio biológico, no domínio cultural a responsabilidade cabe ao Estado. Os sistemas de integração podem diferir (monarquia, feudalismo, fascismo, comunismo, democracia),

mas da integração que cada um faz, da síntese conseguida, sairá um colectivo (seja para manter o “status quo”, seja para a mudança).

Cada poder político desenvolve uma política educativa, que, de acordo com as suas necessidades (da comunidade e do indivíduo), faz opções e põe em marcha todo um sistema e um processo que lhe assegurem a manutenção dos valores que defende. Em toda a cultura e educação existe um espectro de valor. Para Rocher (1977, vol. I, p. 127), o valor “é uma maneira de ser ou de agir que uma pessoa ou uma colectividade reconhecem como ideal e que faz com que os seres ou as condutas aos quais é atribuído sejam desejáveis e estimáveis”. Os valores têm imensas leituras. Podem referir-se a conhecimentos, sentimentos, actividades, etc., sendo por isso a sua focalização difusa. Situam-se no plano ideal e convidam à sua acção. Mas, ao falar-se de valores, devemos ter presente que quando existe um julgamento entra-se no campo dos juízos de valor.

Para que os fins da educação encontrem correspondência ao nível da prática pedagógica, têm que ser traduzidos em objectivos. Estes não são mais do que o resultado ideal (ou efeito) do conjunto de influências para onde toda a acção tem que tender. Por isso, os objectivos definem e especificam as actividades do grupo-turma na medida em que se espera que as modificações tragam no futuro os resultados desejáveis.

LIMITE – Os resultados educativos, para serem alcançados, necessitam de prática pedagógica. Esta não é feita em qualquer dia e em qualquer hora. Tudo se processa e esgota num quadro limitado que é definido pelo horário (carga horária) e pelas instalações. No tal dia, a tal hora e em tal sala, durante os períodos escolares, irá encontrar-se o professor “X” com o grupo-turma “H”, tendo por bússola orientadora um ideal educativo.

O professor não pode exceder a sua acção para além do que está marcado. Isto vem aumentar as dificuldades na sua intervenção e dizer que tudo tem que ser criteriosamente planeado para que o edifício a construir não se desmorone logo de início. O trabalho que tem a realizar com o grupo-turma é balizado por esta grande limitação. As restrições que lhe são impostas significam, portanto, limitação.

ORGANIZAÇÃO – As definições mais usuais de organização destacam a ideia de unidade social que é construída intencionalmente com o fim de alcançar os objectivos para os quais está vocacionada (Lima, 1988, p. 70).

Trata-se de uma série de actividades planeadas em inter-relação, de modo a evitar o escoamento – a mobilização e a coordenação dos esforços dos vários professores e grupos disciplinares têm que estar orientados pelo que está na mira. São os objectivos que imprimem o sentido da organização dos recursos.

O grupo-turma é criado com o fito de ele próprio ser transformado. Isto exige um “arranjo” entre todas as partes que se integram no processo. Implica um investimento (participação) concertante porque a rejeição (ou negligência) de uma das partes compromete a articulação indispensável.

A organização pode ser vista como um conjunto de procedimentos inter-relacionados que regulam a vida escolar ao nível da escola em geral a ao nível dos grupos disciplinares, do conjunto de professores que leccionam a mesma turma e do professor com a turma, em particular.

Definição do grupo-turma

Antes de passarmos à sua definição, queremos destacar que ele não é um dado imediato, mas, pelo contrário, é fruto de um trabalho intencional e persistente. No início do ano lectivo, a turma é um ajuntamento de alunos sem unidade. O facto de estarem juntos é condição indispensável para a formação do grupo, mas, por si só, não significa grupo.

O contacto entre os alunos é condição indispensável para a formação do grupo, mas não suficiente. No início estamos na presença, utilizando a expressão de Dahrendorf, de um "Quase-Grupo" que se quer grupo, mas que ainda não o é. Identifica-se mais com uma categoria do que com um grupo.

Para que a turma se constitua em grupo, é necessário:

Que se reúna o número de alunos com as características compatíveis com o resultado que se pretende atingir no projecto educativo; estabilidade nas estruturas do grupo e permanência no tempo, a fim de ser possível operar transformações; amplificar a acção educativa. O trabalho analítico centrado na lição do professor com a turma tem que ser substituído pela cooperação entre os professores, ganhando-se com isso dinâmica e vivência que ultrapassam as "quatro paredes da sala" e as barreiras disciplinares; existir interdependência (os papéis têm que existir uns para os outros, intervencidos) na concretização de objectivos. Os alunos têm que realizar actividades/tarefas em comum, o que não substitui ou anula os objectivos a alcançar individualmente; que o lugar onde os alunos realizam as actividades/tarefas tenha um enquadramento adequado – clima escolar (ambiente que se manifesta do ponto de vista das relações interindividuais e grupais); haver tendência para a coesão nas manifestações de sociabilidade; compartilhar de normas de forma a combater a anomia. Tem que se proporcionar a cada um, oportunidade e condições que tornem possível a integração; o sentimento de pertença do grupo tem que ultrapassar a simples presença física.

A interpretação que damos ao grupo-turma vai no sentido que Mucchielli (1980, p. 143) atribui à equipa, o qual é o de um "pequeno grupo cooperativo, motivado por uma tarefa comum, solidário, caracterizado pela unidade, a coesão e o espírito de equipa".

Feitos estes considerandos, avancemos agora para a definição do grupo-turma. Efectivamente ela não pode abarcar todos os aspectos que encerra por se querer sintética. Tentamos unicamente ter presente os aspectos que nos parecem mais significativos. Partimos para o nosso propósito com a ideia de Gurvitch (1979, vol I, p. 158), "Qualquer clas-

sificação é uma aposta. Não pode ter senão um valor pragmático, e é no próprio decurso da investigação que experimentamos o que ela vale. Não deve ser no entanto nem arbitrária, nem incoerente". É o que procuramos fazer. Para o efeito, arriscamos a seguinte definição de grupo-turma:

1 – É um conjunto de alunos (TAMANHO); 2 – Ao qual cada um sente parte integrante (SENTIMENTO); 3 – Marcado pelas características dos seus alunos (ANALOGIA); 4 – Que ocupam posições e desempenham papéis em função das diferenças reunidas (STATUS); 5 – Tendo sido agrupados de forma mais ou menos compulsiva (OBRIGATORIEDADE); 6 – Para se socializarem (PROCESSOS SOCIAIS); 7 – E concretizarem o projecto educativo (OBJECTIVOS); 8 – Sendo para isso sua vida regulada (NORMAS); 9 – Orientada por agentes especializados (LIDERANÇA); 10 – Que intervêm num quadro fixo (LIMITE); 11 – Seguindo etapas encadeadas que se integram numa estrutura mais ampla (ORGANIZAÇÃO).

Tipologia do grupo-turma

TAMANHO – (reduzido-ideal-tolerável-inaceitável)

Normalmente, os grupos são distinguidos, quanto ao número de elementos, em pequenos, médios e grandes. Esta diferenciação nada nos diz sobre as condições que proporcionam ao processo ensino-aprendizagem. Um grupo pode ser grande e ser melhor que um grupo pequeno e vice-versa.

Ainda que seja uma referência que possa ser tomada em consideração, pensamos que ao nível da educação é preferível traçar de outra maneira as linhas separadoras. Existe efectivamente um número de alunos por turma que reúne as condições ideais, acima do qual se começa a perder o controlo, a aumentar a dificuldade e a ser impraticável o acto de ensinar e de aprender. Em contrapartida, quando se situar abaixo desse número, não é possível estabelecer um trabalho em grupo nos vários momentos da prática lectiva. Assim, diremos que quanto ao tamanho o grupo-turma pode ser:

Reduzido – Quando o número de alunos é diminuto;

Ideal – Quando o número de alunos se situar entre as margens que facilitem a intervenção do professor (ensinar) e do aluno (aprender);

Tolerável – Quando o número de alunos começar a embaraçar o domínio (controlo) das tarefas educativas;

Inaceitável – Quando o número de alunos ultrapassar a possibilidade do professor e alunos perceberem e superarem as dificuldades do grupo-turma (e de cada um).

ANALOGIA – (homogeneidade-heterogeneidade)

A interpretação desta antinomia, na base da qual o grupo-turma é feito, é fundamental para o fenómeno educativo porque a eficácia do processo prende-se também com a qualidade do grupo-turma.

Defender a homogeneidade a favor da heterogeneidade é uma abstracção se não considerarmos os critérios em causa e os valores (objectivos) a promover. Critérios há muitos, mas nem todos têm igual interesse para o processo educativo, sendo certo que uns são mais potentes do que outros, tendo por referência os valores (objectivos) que se quer atingir. Entramos, assim, nos limites da homogeneidade-heterogeneidade. Quer dizer, o grupo-turma pode ser homogêneo em relação a uns critérios e heterogêneo em relação a outros. Cabe, no entanto, advertir que a composição do grupo-turma (QUALIDADE) tem que ser sempre cruzada com o número de alunos (QUANTIDADE). A qualidade estrutural impõe limites ao tamanho que o grupo-turma deve ter.

O processo ensino-aprendizagem está subordinado e é afectado pela qualidade do grupo-turma. Esta resulta da combinação dos alunos portadores de diferentes características, tais como: categoria social, aptidões-capacidades, idade, sexo, indisciplina, etnia-raça, repetência, motivações-interesses, deficiência, tipo de zona habitacional... Tal significa que não basta formar um grupo, o que interessa saber é o tipo de grupo que devemos constituir, o que depende necessariamente do que queremos que os alunos aprendam em grupo. Destacamos, nesta passagem, duas questões principais.

A primeira refere-se às características que devemos reunir no momento da sua organização. Isto é, aquilo a que se chamam, variáveis de contexto. A decisão sobre a escolha dos meios (organização das turmas) deverá estar em consonância com o problema dos fins (valores). A segunda refere-se à maneira como se deve trabalhar com a turma – são as variáveis de processo, respeitantes à qualidade da intervenção do professor. A primeira, apesar de não substituir, condiciona ou inviabiliza a segunda.

NORMAS (formal-informal)

De acordo com os valores educativos, surgem as normas para que não se percam os guias educativos. Isto aparece, antes de o grupo-turma estar constituído e na sequência das preocupações contidas no projecto de educação. Todavia, o excesso de formalismo corre o risco de não ser cumprido por falta de acatamento. Ora, desde que as normas não sejam compartilhadas, elas perdem o real efeito que pretendem produzir. Convém, pois, introduzir na formalidade uma certa informalidade. Isto é, o grupo-turma tem que participar naquilo que o vai regular. Tem de sentir que as normas não caem de cima, mas que ele também é obreiro.

A aceitação passiva, a renúncia ou a imposição devem dar lugar à participação e à reflexão.

SENTIMENTO (pertença-referência)

O aluno tem necessariamente que fazer parte de um grupo-turma para beneficiar do processo ensino-aprendizagem. Ele terá forçosamente que pertencer a um grupo-turma porque este é o modelo adoptado no ensino. Pertença, significa o grupo-turma de que o aluno faz parte e do qual é membro, isto é, o grupo-turma em que ele vai participar.

A pertença a um grupo-turma não é um dado indiferente para o aluno, na medida em que se reflecte no aspecto cognitivo, avaliativo e emocional. O conhecimento desenvolverá uma avaliação positiva ou negativa e mobilizará um investimento emocional que trará efeitos nas aprendizagens dos alunos.

Não queremos dizer com isto que a turma deva ser formada na base da amizade como remédio milagroso para a aderência. Pode inclusivamente acontecer que o aluno não se identifique de imediato com os objectivos do grupo-turma.

Na educação não se trabalha com o que já está feito, mas antes com o que está por fazer. O grupo-turma é um ponto crítico porque é aí que o aluno faz a sua aprendizagem. Emocionalmente ele depende das respostas favoráveis do grupo-turma (segurança). O acolhimento e a integração não são anteriores ao trabalho mas resultam deste, tal como a coesão que é um dos factores apontados como condição para a existência dos grupos.

O que importa é converter o grupo-turma em grupo de referência (positiva) porque é a partir deste que as pessoas orientam a sua conduta. Os grupos de referência são todos aqueles que o indivíduo toma como padrão de identificação e que repondem às suas expectativas de comportamento. Estes grupos são chamados de referência positiva. Em sentido inverso, existem outros que servem precisamente para não imitar, não utilizar os seus símbolos, em suma, para se demarcar deles (referência negativa).

OBRIGATORIEDADE (fechado-aberto)

O aluno tem que obrigatoriamente estar inserido num grupo-turma porque este é o modelo de ensino seguido. No entanto, dentro desta compulsividade, admite-se um maior fechamento ou abertura.

Será totalmente fechado se o funcionamento for em regime de classe (o aluno pertence a um grupo-turma para todas as disciplinas) e se o aluno ou o encarregado de educação não interferir na escolha do grupo-turma. Será mais aberto se o funcionamento for em regime dis-

ciplinar (o aluno pertence a um grupo-turma diferente em função das disciplinas) e, ainda, se tiver possibilidade de escolher ou mudar de grupo-turma. Quando é totalmente fechado, a estabilidade do grupo-turma é máxima, sendo mínima quando é totalmente aberto.

STATUS – (atribuído-adquirido)

As características dos alunos (capacidade-aptidões, sexo, indisciplina...) são objecto de apreciação em função dos valores culturais e estes ditam a sua valência positiva ou negativa. Não é a característica em si que marca a diferença mas sim o valor que se dá a cada uma das características. Por isso, a formação do grupo-turma revela opções axiológicas, estejam explícitas ou não.

O status inicial do grupo-turma está em função directa das características reunidas (afirmação da homogeneidade ou da heterogeneidade). Grupos-turma só de indisciplinados, “deficientes” ou “normais”, “dotados” ou “não dotados”... são objecto de inevitável apreciação social. Esta carrega um valor que expressa mais ou menos prestígio. Duas fórmulas de status são possíveis de organizar:

Status atribuído – A constituição do grupo-turma é feita a partir da unificação das características dos alunos. O status não resulta da contribuição-participação do aluno (Ex.: sexo, classe social, etc.).

Status adquirido – A constituição do grupo-turma é feita de modo a evitar que as diferenças influenciem no status. Todos os grupos-turma são feitos distribuindo (misturando) igualmente os alunos com características diferentes (heterogeneidade). O status de partida é igual para todos. Contrariamente à perspectiva anterior, a linha de valores é colocada na horizontal, resultando a distribuição do prestígio do trabalho, do esforço, da participação do grupo-turma.

O status pode ser entendido como uma forma de desigualdade escolar. Quanto mais se diferenciarem os grupos-turma no início do ano, maiores são as clivagens e mais difícil se torna a mobilidade. Marcar o arranque do ano com uma prematura falta de reconhecimento social provoca o desajustamento dos alunos. O descontentamento pode levar os alunos em causa a procurarem no bando a valorização de que carecem.

PROCESSOS SOCIAIS (cooperação-competição-conflito)

Quando os alunos são colocados num grupo-turma, garante-se uma primeira condição – contacto (proximidade física). No entanto, isto não garante que o isolamento ou a indiferença sejam ultrapassados no sentido da aproximação entre os alunos. Nem sequer esta é conseguida acidental ou independentemente dos processos utilizados.

A apropriação da cultura, definida pelos programas escolares, é feita através do processo ensino/aprendizagem e remete-nos sempre para determinadas formas de sociabilidade. Na literatura sociológica os processos são normalmente classificados em duas espécies – uns associam, outros separam, uns apelam à cooperação, outros à oposição. Extrapolando esta ideia, porque levanta questões mais vastas, iremos focar a cooperação como processo fundamental de aproximação (aumento da coesão), a competição e o conflito como processo de oposição.

Cooperação – É um processo indispensável para que o grupo-turma deixe de ser um amontoado de alunos. Implica a participação e compromisso dos alunos de modo a permitir potencializar a formação pela complementaridade das acções.

Competição – Caracteriza-se pela disputa. No entanto, não tem perigo quando encarada na perspectiva da superação individual e desde que o nível de dificuldade não ultrapasse a área de desenvolvimento potencial (Vigotsky, 1973). Quando não controlado desemboca no neo-individualismo, provocando sentimentos de inferioridade e agressividade. O sistema selectivo usa e abusa deste processo visando a selecção do mais apto.

Conflito – Quando a competição não se desenrola num quadro pacífico, tende a originar o conflito. Neste, ao contrário da competição, verifica-se uma atitude de hostilidade, a ideia de frustrar o outro: não se trata de uma mera oposição, mas de tentar ferir ou de causar danos nos interesses do outro.

LIDERANÇA (chefe-líder)

No início do ano lectivo, o professor é apenas um chefe e, à medida que decorre o processo, sob pena de não deturpar e perder os efeitos educativos, ele tem que conquistar o lugar de líder.

O professor aparece aos alunos de forma imposta e “gozando” de um poder estatutário. Por oposição a este tipo impessoal de exercer o cargo, temos o exercício da autoridade que é uma influência legítima porque reconhecida. A arbitrariedade caminha de mãos dadas com o poder ilegítimo e com o recurso a meios de coacção, sendo por isso contra a autoridade. Quando o poder mantido é desvinculado da autoridade, torna-se injusto e constitui apenas um meio de coacção.

O grupo-turma necessita de um líder para a sua estruturação e coesão. Para isso é importante que se passe da imposição para o reconhecimento da autoridade. O chefe vive à custa do estatuto de que dispõe e domina a situação pela imposição-submissão. O líder vive do seu prestígio e revela-se pela capacidade de influenciar e de ser seguido (aumente a coesão-adesão, integração e participação). O professor tem que saber conquistar este lugar (líder) no seio de grupo para poder desempenhar com êxito a sua profissão.

OBJECTIVOS – (incluso-excluso)

Como se sabe, a entrada dos alunos para o grupo-turma não é orientada pelas afinidades afectivas como acontece nos psicogrupos. A inserção do aluno e a formação do grupo-turma tornam-se problemáticas se não houver um elemento aglutinador. São os objectivos que orientam e imprimem uma direcção ao grupo-turma, fazendo convergir os interesses e dando-lhe um carácter de sociogrupos. O objectivo é uma propriedade fundamental e também uma forma de definir o grupo-turma e especificar a sua actividade. Sem objectivos não há grupo. A integração do aluno passa pela construção de algo comum (objectivos-unidade) e, consequentemente, pela satisfação de ver nele parte de si. Quanto mais aproximação houver, maior será a coesão do grupo-turma, o que é fundamental para a sua progressão.

A formulação dos objectivos poderá ou não contemplar este aspecto. Assim, diremos que eles podem ser de dois tipos:

– **Incluso.** Parte da preocupação de que o desenvolvimento é para todos. Os objectivos são diferenciados mas não independentes (unidade na resolução dos objectivos individuais), o que facilita o sistema de trocas (distribuição de papéis) e aumenta os laços de solidariedade (aumenta a coesão). O ajustamento entre os objectivos individuais e os do grupo-turma fará com que o aluno verifique que existe uma correlação entre uns e outros.

– **Excluso.** Parte da indiferença face às diferenças dos alunos. Os objectivos são fixados sem ter a preocupação de incluir e promover todos os alunos. Temos assim:

- parte dos alunos não se acha reconhecida nos objectivos pela distância a que se encontram em relação a eles. O abandono é inevitável;
- constrói-se uma pirâmide cujo topo só é alcançado por alguns. Fomenta-se a competição, o “salve-se quem puder”, o que diminui a coesão do grupo-turma.

LIMITE – (curricular-extracurricular)

O professor tem um quadro limitado para cumprir a sua função social. Quanto mais reduzido, maiores são as dificuldades de se obterem os resultados educativos, por um lado, e menor é a sua extensão, por outro.

As matérias culturais estão divididas em matérias disciplinares específicas, convertidas em programas e dispõe-se de uma carga horária para serem cumpridas (apropriadas). Nem entre elas existe divórcio absoluto, nem as acções dos professores podem estar desvinculadas umas das outras. Esta ideia faz ressaltar uma outra (organização), que será abordada no ponto seguinte.

O ensino/aprendizagem processa-se sempre entre margens que fixam um limite. No entanto, quanto mais restrito for o campo de intervenção, menos ambiciosos são os objectivos e maior é a dificuldade de chegar até eles. Para amplificar o espaço de participação de modo que a actividade curricular tenha outro alcance (repercussão), é fundamental articular as actividades (curriculares e extracurriculares, designadas também por complemento curricular).

ORGANIZAÇÃO – (parte-todo)

A educação não pode contentar-se com a injeção de cada matéria específica dada pelos professores como se fossem parcelas estanques ou contraditórias. Qualquer mudança numa organização passa inevitavelmente pela alteração da sua cultura e, consequentemente, pelas transformações das relações humanas. Urge a necessidade da escola se mobilizar como um todo para atacar os problemas educativos. Para tal, é preciso organizar as acções dos diversos actores. No sentido imediato, organizar (Mucchielli, 1979, p. 82) “é passar de um conjunto caótico para um conjunto estruturado, dar forma e dinamizar, dar sentido (significação e orientação, ao mesmo tempo) a elementos ou a forças até então sem vínculos; é passar da massa inerte ao organismo social capaz de funcionar, evoluir, complexizar-se, modificar o ambiente que o cerca, realizar objectivos colectivos, sempre fornecendo a seus membros os meios de se realizarem”.

A organização nasce da necessidade de se desenvolver um projecto educativo. Do encontro entre a diversidade de valores, atitudes, aspirações dos intervenientes, resultará um fluxo que não pode ser apagado. Para a sua manutenção e desenvolvimento é necessário montar um esquema de acção que sirva de guia a todos e a cada um. A coordenação é um imperativo que se coloca, pois sem ela não é possível construir e ganhar um todo a partir de cada uma das partes. Neste sentido, a organização serve para impulsionar (dar mais força) e não para limitar, para ajudar e não para obstruir.

Trata-se de criar um clima nas aulas com o grupo-turma (intervenção dos professores das várias disciplinas) e também na escola (contexto social da instituição) de forma que sejam compatíveis, favorecendo, reforçando e ampliando a actividade educativa. É criar um clima nos diversos níveis da organização de maneira a influenciar todo o funcionamento, satisfazendo as necessidades-aspirações (alteração das motivações) dos seus intervenientes.

O clima supera a capacidade e a personalidade individual dos membros para configurar-se como um conjunto sistemático e delimitador das forças da instituição (Cerrillo, 1989).

Apresentamos seguidamente o quadro sinóptico da tipologia do grupo-turma, que sintetiza a panorâmica do que foi referido.

TAMANHO	REDUZIDO – IDEAL – TOLERÁVEL – INACEITÁVEL
ANALOGIA	HOMOGENEIDADE – HETEROGENEIDADE
NORMAS	FORMAL – INFORMAL
SENTIMENTO	PERTENÇA – REFERÊNCIA
OBRIGATORIEDADE	FECHADO – ABERTO
STATUS	ATRIBUÍDO – ADQUIRIDO
PROCESSO SOCIAL	COOPERAÇÃO – COMPETIÇÃO – CONFLITO
LIDERANÇA	CHEFE – LÍDER
OBJECTIVOS	INCLUSO-EXCLUSO
LIMITE	CURRICULAR – EXTRACURRICULAR
ORGANIZAÇÃO	PARTE – TODO

Referências bibliográficas

- BRÁS, J. (1987) – *Controlo Emocional*, “Ludens”, vol. 11, n.º4, Jul-Set, Lisboa: ISEF. pp. 31-48.
- CORTIS, G. (1980) – *O Contexto Social no Ensino*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GURWITCH, G. (1979) – *A Vocação Actual da Sociologia*, vol I. Lisboa: Edições Cosmos.
- JESUINO, J. C. (1987) – *Processos Sociais de Liderança*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LIMA, L. (1988) – *Gestão das Escolas Secundárias. A Participação dos Alunos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MUCCHIELLI, R. (1979) – *O Questionário na Pesquisa Psicossocial*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- MUCCHIELLI, R. (1980) – *O Trabalho em Equipe*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- LOBROT, M. (1966) – *A Pedagogia Institucional*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- PAGÉS, M. (1982) – *A Vida Afectiva dos Grupos*. Petropolis.
- PIATON, G. (1979) – *Educação e Socialização*. Lisboa: Moraes Editores.
- POSTIC, M. (1984) – *A Relação Pedagógica*. Coimbra Editora Limitada.
- ROCHER, G. (1977) – *Sociologia Geral*, vol. I e II. Lisboa: Edições Presença.
- VIGOTSKY, L. (1973) – *Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar*. In Luria, Leontiev, Vigotsky e al. “Psicologia e Pedagogia I”. Lisboa: Ed. Presença, pp. 31-50.